

## PEDAÇOS DAS NOSSAS VIDAS

*Cumpri muitas missões durante a minha carreira na Força Aérea Portuguesa. A comissão na Guiné, porém, sobrepôs-se a todas as outras e marcou-me indelevelmente para o resto da vida. A mim e certamente a todos os que, de algum modo, partilharam a mesma experiência. É dela ou de acontecimentos com ela relacionados, que vos irei dando conta...*

*José Francisco Fernando Nico (gen. Pilav)*

## Um ataque com “olhos azuis”

Embora não tenha tomado parte directa na acção nunca esqueci o dia 6 de Janeiro de 1969. Há uma razão para isso: conservo ainda uma munição da metralhadora AA quádrupla ZPU-4 que nesse dia abriu fogo contra os G-91, a partir de Sangonhá, no Sul da Guiné, local que tinha sido até poucos meses antes uma posição do Exército Português. Sempre que olho para aquele pedaço de metal inerte imagino a chuva de projecteis iguais que em diversas situações saíram dos tubos dos famosos “quatro bocas”<sup>1</sup> e nos passaram ao lado sem nunca nos conseguirem derrubar<sup>2</sup>. Como é que essa *memorable* de uma arma AA que efectivamente disparou contra os nossos aviões veio parar às minhas mãos é a história que me proponho contar neste episódio dos “Pedaços das nossas vidas”.

### O ideal missionário do povo sueco

Não é possível descrever este acontecimento sem primeiro tentar traçar as linhas mestras do apoio sueco aos movimentos de libertação, durante a guerra que nos foi imposta em África, pois está directamente implicado no que vos quero relatar. Além disso, estou convencido que poucos terão consciência da dimensão e importância das acções que os suecos moveram contra Portugal nesse desastroso período da nossa história em que abdicámos totalmente do projecto da nação pluricontinental e multirracial, independentemente da situação objectiva em cada território, e embarcámos revolucionariamente na infame descolonização. Em última análise, os suecos contribuíram também para os mortos, estropiados e feridos que sofremos durante a guerra. Esta é, por isso, também uma oportunidade para lançar alguma luz sobre a dimensão e natureza do sistema adversário que enfrentámos e a que conseguimos resistir durante treze anos, apesar do diminuto peso estratégico do país.

Trata-se de uma questão que merece naturalmente uma análise muito mais abrangente do que o espaço para o presente artigo permite. Irei, por isso, tentar sintetizar o essencial do que achei até agora sobre a “amizade e solidariedade” sueca em relação aos movimentos de libertação e, conseqüentemente, o seu papel de inimigo como parte do sistema adversário que nos moveu a guerra.

Comecemos então pelo conceito de sistema adversário, por contraposição com a ideia corrente de que os nossos inimigos foram apenas os movimentos de libertação. Na realidade, estes beneficiaram de promotores e de apoios externos que foram engrossando

---

<sup>1</sup> “Quatro bocas” designação que os cubanos davam às metralhadoras AA ZPU-4. Embora, por razões de “auto-estima” os guineenses nunca tenham admitido, existem grandes probabilidades dos dispositivos anti-aéreos do PAIGC e, em particular as ZPU e os canhões AA 37mm, terem sido operadas por cubanos. Os quatro canos da ZPU-4 debitavam 2.400 tiros por minuto e as munições chegavam aos 15.000’ de altura embora o alcance eficaz fosse de 4.600’. Em qualquer caso o perigo maior para um alvo rápido como era o G-91 era a densidade de projecteis na trajectória do avião e menos a destreza do apontador.

<sup>2</sup> Houve aviões abatidos por outros tipos de armas AA e também pelos mísseis Strella mas nunca tivemos uma perda provocada, nem pelas ZPU-1-2 ou 4, nem pelos canhões de 37 mm.

com o passar do tempo até atingirem uma escala quase global. Estes apoios e os próprios movimentos de libertação estavam interligados e actuavam de forma coordenada para alcançar o mesmo objectivo estratégico e por isso devem ser considerados como um sistema. Assim, todos os que contribuíram objectivamente, por qualquer forma, para desapoosar Portugal dos seus territórios ultramarinos, promovendo a liberdade de acção e a capacidade dos movimentos de libertação, foram elementos desse sistema adversário e, portanto, foram também nossos inimigos na guerra<sup>3</sup>. Numa listagem por defeito aponto os que me parecem os mais óbvios mas, muitos outros, incluindo a gama dos países amigos com comportamentos ambivalentes, ficam por mencionar: as oposições políticas internas, diversas individualidades espalhadas um pouco por todo o Mundo, a URSS, a China, a Coreia do Norte, Cuba, os países do Norte da Europa, Argélia, Tunísia, Egipto, Senegal, Guiné-Conacri, República do Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia, Tanzânia, o Movimento dos Não-Alinhados, a Organização da Unidade Africana e a Organização das Nações Unidas.

No grupo dos países do Norte da Europa notabilizou-se sempre a Suécia que, após uma fase de apoio informal mas efectivo, acabou por dinamizar os restantes países nórdicos<sup>4</sup> para actuarem também abertamente contra Portugal, a partir de 1969.

De forma algo diferente dos que agiram apenas por razões políticas de natureza institucional, na Suécia verificou-se sempre uma simbiose entre a sociedade civil e o Estado. Ambos foram actores proactivos e actuaram combinados. Em última análise, o comportamento de um grupo significativo de suecos e de algumas das suas instituições foi claramente um acto de guerra contra os portugueses, muito semelhante ao dos cubanos que enviaram militares e armamento em apoio directo das acções de guerrilha sem que Portugal alguma vez os tivesse atacado ou declarado a guerra. As razões que sustentam esta atitude são naturalmente diversas mas podem ser explicadas e decorrem do sucesso do estado social sueco e de outros factores que justificam os excelentes indicadores de qualidade de vida que entronizaram o país como uma referência de desenvolvimento a partir de finais dos anos vinte do século passado.

Anteriormente, a Suécia fora um país rural, economicamente relativamente débil, que só começou a industrializar-se em meados do século XIX, na cauda dos países europeus economicamente desenvolvidos. Todavia, já nesse período, os fundamentos do estado social que iria ser, no futuro, um pilar fundamental do sucesso do país há muito que estavam enraizados na cultura sueca<sup>5</sup>. Conseguiu então, a partir daí, começar a tirar dividendos da Revolução Industrial e a partir do final do século XIX e princípios do século XX a economia acelerou definitivamente dinamizada por numerosos inventores e empresários<sup>6</sup>. No entanto, o ambiente social era ainda tão frágil que, desde meados do século XIX até aos anos 30 do século XX, muitos suecos se viram forçados a engrossar o fluxo da emigração europeia para os Estados Unidos.

Com o desenvolvimento económico e a resultante segurança material, cresceu o bem-estar social que por sua vez influenciou a melhoria da estabilidade interna e externa do país e o incremento das liberdades civis. Foram estas conquistas, reconhecidas e elogiadas internacionalmente, que acabaram por incutir nos suecos a presunção de que tinham adquirido não só o direito mas também a obrigação moral de exportar o seu modelo

<sup>3</sup> Tor Sellström, *Sweden and National Liberation in Southern Africa*, p 64: "...Cabral himself who was the chief architect behind the commodity programme. Supplied with arms from the Soviet Union and its allies, he had from the outset ruled out the idea of military support from Sweden, designing instead a programme of civilian cooperation that at the close of the 1960s was met by no other country"... "Sweden and the Soviet Union were the largest donors to PAIGC. While the former was predominant on the civilian side, the latter was the leading supplier to the military struggle.

<sup>4</sup> Noruega, Finlândia, Dinamarca, Holanda e Islândia.

<sup>5</sup> Tudo terá começado com a Igreja Luterana que, em 1734, lançou as primeiras pedras na construção do Estado Social sueco ao instituir a obrigação de cada paróquia ter um asilo para os mais desfavorecidos e economicamente carenciados - O mito do "socialismo sueco", João José Horta Nobre, Mestre em História Contemporânea, 07 Maio 2014

<sup>6</sup> Mises Daily, Stefan Karlsson, August 7, 2006.

civilizacional para os países menos desenvolvidos e áreas problemáticas. Foi uma atitude que derivou dos princípios luteranos inculcados há muito na sociedade e no Estado<sup>7</sup>, os quais exigem que seja feito sempre o melhor (a ética dos virtuosos)<sup>8</sup> e nestes termos os suecos nunca admitem fazer menos que o melhor, em quaisquer circunstâncias. É por isso que mesmo perante um insucesso um sueco dificilmente reconhece que errou. Este singular comportamento pode ser retratado da seguinte maneira: basicamente “os suecos não têm perguntas sobre os problemas do Mundo mas apenas respostas, que julgam serem as melhores e universais, configurando-se como *modelo*. Presumidamente, esse *modelo* poderá conduzir o resto do mundo ao estádio a que eles chegaram, no pressuposto de que isso seria possível e bom para todos”<sup>9</sup>.

Por estas razões instalou-se um pendor missionário na cultura sueca que foi reforçado por altura da nomeação, em 1953, de Dag Hammarskjöld para secretário geral das Nações Unidas. O povo sueco passou então a sentir a orientação política e os programas civis e militares da ONU como uma responsabilidade também sua, como foi o caso do programa de descolonização. Psicologicamente, terá sido um lema do tipo “*a ONU somos nós*” um dos factores que mais influenciaram, nessa altura, a motivação internacionalista da comunicação social, juventudes universitárias, sindicatos e partidos políticos suecos. A acção de Dag Hammarskjöld à frente das Nações Unidas foi avidamente assumida como uma extensão da política externa da Suécia a qual se considerava moralmente responsável por resolver os problemas do mundo, tal como a ONU<sup>10</sup>. Foi tão intensa essa motivação que a longínqua e pouco africana Suécia resolveu participar, logo em Dezembro de 1958, na I Conferência de Povos Africanos em Acra, no Gana, claramente em busca de oportunidades de realização. Foi nessa conferência que o Partido Social Democrata sueco, então no governo, estabeleceu os primeiros contactos com os movimentos de libertação africanos os quais constituíram os alicerces do subsequente apoio sob a eufemística capa de “ajuda humanitária”.

É claro que esse ideal de “olhos azuis”, como os suecos gostam de classificar as suas “boas intenções”, a “inocência” e aparente “ingenuidade” das suas iniciativas extra-muros, nunca deu ao Mundo novas Suécias pela simples razão de que o que sustenta o estado social e as liberdades suecas é o potencial económico. São tudo coisas muito caras que não são obtidas por ideologias, nem por pretensas boas intenções mas sim com recursos e esses só podem ser gerados por um estado eficaz, investimento, educação e trabalho. Nada disso alguma vez acabou por acontecer nos países seleccionados pela ajuda humanitária sueca e em particular na Guiné-Bissau<sup>11</sup>.

Outro aspecto marcante, já referido atrás, foi a clara cumplicidade entre o Estado e a sociedade civil. A explicação para isso parece decorrer do conceito de “solidariedade” que, em sueco, não só se refere à coesão social mas também ao empenhamento e responsabilidade (tanto na Suécia como externamente) quanto a questões humanitárias<sup>12</sup> e desenvolvimentos de natureza política. Essa atitude contribuiu para reforçar a auto-identificação dos suecos como um povo tradicionalmente avançado moral e tecnologicamente e começou a ganhar visibilidade por altura da Segunda Guerra Mundial,

<sup>7</sup> In the Swedish religious and political tradition, the connection between Lutheranism and Swedish national identity stayed relevant long after the disappearance of religion as an all-encompassing norm in daily life. Catholicism and the Idea of Public Legitimacy in Sweden, ACADEMIC JOURNAL ARTICLE By Harvard, Jonas, *European Studies*, No. 31, January 1, 2013

<sup>8</sup> Até ao ano 2000, a religião Luterana foi a religião oficial do Estado sueco. O luteranismo atribui significado religioso ao trabalho mundano do dia-a-dia, por meio do qual se pode expressar o amor ao próximo e, conseqüentemente, agradar a Deus.

<sup>9</sup> Why Swedes would talk about themselves?, Astréia Soares, Doutora em Sociologia pelo IFCS/UFRJ, professora da Universidade Fumec/MG

<sup>10</sup> Gustafsson, 1964, p. 115

<sup>11</sup> Returning to Guinea-Bissau twenty years after his visit to PAIGC's liberated areas, in 1993 Anders Ehnmark reflected upon liberation and liberty, independence and development, dreams and realities, in his essay 'The Trip to Kilimanjaro', concluding that “*something which was not predicted has taken place*” (Ehnmark (1993) op. cit., p. 113).

<sup>12</sup> Brian Palmer (1996)

período que colocou em risco os valores civilizados, cabendo à Suécia, acreditam eles, o papel de sua guardiã<sup>13</sup>.

É tudo isto que justifica a paranóia missionária do povo sueco e o fervor no apoio, logo a partir de 1961, através dos OCS, organizações estudantis e partidos políticos, numa altura em que o PAIGC ainda não tinha sequer iniciado as hostilidades (excepto a casca de banana no cais do Pidjiguiti em 3 de Agosto de 1959)<sup>14</sup> e a política oficial do Estado ainda estava longe de acometer Portugal.

### **A escapatória ética da ajuda humanitária sueca.**

Os suecos podem querer convencer o Mundo de que, eticamente, são “de olhos azuis” mas todos sabemos que o estado de desenvolvimento e bem estar que conseguiram<sup>14</sup> são indicadores que não permitem outra interpretação das suas atitudes que não seja a da intencionalidade fundamentada e objectiva. Tinham certamente consciência de que todas as formas de apoio aos movimentos de libertação e em particular ao PAIGC que, dentre eles foi o mais beneficiado, eram letais e redundavam em mortos, feridos e destruição quer entre as forças portuguesas, incluindo as de recrutamento local e ainda as populações civis. De facto, não interessava que a ajuda sueca apenas fosse direccionada para a propaganda, para melhorar e manter as bases no Senegal e na Guiné-Conacri, para fornecer meios de transporte, para o tratamento de doentes e feridos, para financiar deslocações dos dirigentes, etc.. Toda a ajuda contribuía para a capacitação do movimento cujo objectivo último era fazer a guerra e acabar com a presença portuguesa pela força. Não pode ter sido, nem foi outra, a motivação dos suecos.

Ciosos do seu estatuto como país de referência viram-se, por isso, obrigados a arranjar uma forma subtil de conferir uma aura de bondade às suas acções de modo a conservar as consciências impolutas e, em particular, não pôr em causa os preceitos que exigiam não patrocinar ou promover nada que implicasse perda de vidas ou mais sofrimento.

Apresentando-se como “um país muito escrupuloso quanto aos princípios”, a ajuda aos movimentos de libertação e em particular ao PAIGC teve que ser justificada de modo a encobrir a sua finalidade última e as respectivas consequências.

Atentemos por isso no termo escolhido para designar esse apoio, precisamente o de “ajuda humanitária”. Efectivamente, esta designação não só dava a ideia de inocuidade como soava bem (para os pouco avisados que eram a generalidade dentro e fora de portas) e transpirava bondade. Outro factor muito utilizado foi a classificação do regime português como sendo uma ditadura fascista e portanto tudo o que dele emanasse estava automaticamente condenado. Por politicamente correcta validava todo o tipo de iniciativas contra Portugal, promovia a unidade de esforço com as oposições ao regime português e com a comunidade internacional democrática e, também com a não democrática, desde que não fosse ocidental ou, por exemplo, pertencesse ao bloco soviético. O problema é que o que estava em jogo era o projecto e futuro de uma sociedade pluricontinental e multirracial e não a sobrevivência do regime que transitoriamente a governava. A Suécia justificava assim a “ajuda humanitária” aos movimentos de libertação fazendo de conta que estava a combater um regime político quando, na realidade, estava a influenciar decisivamente o futuro de uma comunidade que em termos humanos se projectava muito mais avançada que as que hoje temos. As pessoas não contavam, o que importava eram os “amanhãs que cantam” das ideologias em voga<sup>15</sup> com consequências terríveis como a conflitualidade, a ingovernabilidade ou as actuais avalanches emigratórias. Também eles, suecos, sopraram os ventos da história contra Portugal e condicionaram a seu belo prazer o futuro dos povos

<sup>13</sup> Why Swedes would talk about themselves?, Astréia Soares, Doutora em Sociologia pelo IFCS/UFRJ, professora da Universidade Fumec/MG

<sup>14</sup> A admissão de que a ingenuidade seja um traço da cultura sueca contrasta com a imagem da Suécia moderna, secular e tecnologicamente avançada e com um alto índice de informação sobre questões internacionais (Why Swedes would talk about themselves?, Astréia Soares, Doutora em Sociologia pelo IFCS/UFRJ, professora da Universidade Fumec/MG)

<sup>15</sup> Nada mais elucidativo do que comparar as projecções de liberdade e desenvolvimento de Amílcar Cabral para a Guiné-Bissau e a situação real do país após quarenta anos de independência.

que habitavam os territórios então portugueses. É por isso que entre as características já inventariadas na mentalidade sueca não tenho dúvidas em acrescentar mais uma e esta bem negativa: a hipocrisia, nua e crua.

Mas não eram apenas estes os argumentos falaciosos que os suecos coligiram para justificar a sua “ajuda humanitária”. Outros que pareceriam “não ter pernas para andar” mas foram prontamente validados pelo imaculado povo “dos olhos azuis” foram a invocação do atraso português em termos económicos e o facto da colonização estar a ser feita com pessoas de baixa ou média condição social. Tanto o primeiro como o segundo argumento queriam apenas dizer que os povos africanos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau mereciam colonos mais ricos, mais educados e de mais elevada condição social. Presumivelmente, se esses colonos fossem suecos então estaria tudo bem e esses territórios já seriam uma espécie de Suécias dos Trópicos. No entanto, enquanto nós sentíamos que as características da população portuguesa presente em África nos aproximavam mais das populações autóctones e por isso conferiam melhores condições de entrosamento, convivência e uma evolução comum mais equilibrada e eficaz, para os nossos detractores era tudo negativo e justificava a guerra que promoviam.

Para além destas considerações é no relato escrito por Tor Sellström, em 2008<sup>16</sup>, que se pode perceber melhor grande parte do racional sueco para justificar o apoio aos movimentos de libertação anti-Portugal:

*Declarava-se que essa ajuda não poderia entrar em conflito com o primado do direito internacional, no âmbito do qual se define que nenhum estado tem o direito de interferir nos assuntos internos de outro. Contudo, relativamente aos movimentos de libertação em África, a ajuda humanitária e o apoio à formação académica não devem ser interpretados como estando em conflito com as referidas normas internacionais nos casos em que as Nações Unidas tenham tomado uma posição inequívoca contra a opressão dos povos que lutam pela liberdade nacional. Considera-se que a África Austral ocidental, a Rodésia e os territórios africanos sob suserania portuguesa estão abarcados por essa definição.*

*Passaremos a seguir a **explicar o processo que levou a esta decisão**. Entretanto, é de notar que poucos países ocidentais eram tão diferentes entre si como Portugal e a Suécia no período pós-guerra e que as ligações económicas eram inicialmente fracas.*

*Apesar de ambos os países terem passado à margem da segunda guerra mundial, o fosso, que separava a ditadura fascista do Portugal católico da social democracia da Suécia protestante, era abissal. Na arena internacional, Portugal via-se como um importante portador do estandarte do destino imperial e tinha aderido à OTAN, enquanto a Suécia fazia gala do seu passado não-colonial. Em termos nacionais, o regime de Lisboa seguia uma via ultra-proteccionista, que administrava uma economia retrógrada e estagnada, baseada no sector primário, enquanto que o governo social democrata da Suécia registava um crescimento económico acelerado e era um país cada vez mais exportador, em resultado directo duma política de transformação industrial assente na qualificação. No prisma social, as políticas elitistas praticadas em Portugal criaram taxas de analfabetismo e má saúde pública que colocavam o país mais no terceiro mundo, enquanto as práticas igualitárias do "modelo sueco" colocavam este país na vanguarda da educação e da saúde.*

*As relações comerciais entre Suécia e Portugal eram bastante marginais até meados dos anos 60. Em 1950, o valor das exportações suecas para Portugal chegava a 28,3 milhões de coroas suecas, ou seja 0,5 por cento do total de exportações. Os números correspondentes para as importações suecas feitas por Portugal representavam nesse mesmo ano 25,1 milhões de coroas suecas, ou seja 0,4 por cento. Dez anos mais tarde o valor das exportações suecas tinha aumentado para 60,9 milhões de coroas suecas, mas a parte de Portugal no total de exportações ficou estável, enquanto a proporção relativa das importações de Portugal diminuiu para 0,3 por cento.<sup>12</sup> Era fácil de ver que o comércio*

<sup>16</sup> ASuécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, Tor Sellström, Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala 2008

*externo que a Suécia tinha com Portugal era muito menos relevante do que o que tinha com a antiga colónia portuguesa, o Brasil. Os investimentos directos em Portugal foram, durante muito tempo, apenas de relevância marginal. Apenas algumas empresas suecas, como a SKF e a Electrolux tinham estabelecido sucursais em Portugal nos anos 20, ao passo que algumas empresas têxteis viriam, mais tarde, a fazer investimentos directos. Por junto, havia apenas cerca de cinco empresas suecas em Portugal em 1960 e os seus produtos combinados eram bastante reduzidos.*

Esta é uma pequena amostra do convencimento e arrogância sueca em relação a Portugal. A construção ética apenas visou dar cobertura ao que desejavam fazer a todo o custo e que tinha começado a ganhar momento ao tempo de Dag Hammarskjöld nas Nações Unidas. Sentiram-se, assim, com base em análises claramente preconceituosas, auto-mandatados a dar-nos uma lição. Todavia, tudo o que acima se transcreveu pode agora, que a guerra acabou há muito, ser contra-argumentado. Para não me alongar demasiado limitar-me-ei a comentar a invocação da virgindade sueca em relação ao colonialismo e ao facto do Estado-Novo “criar taxas de analfabetismo e má saúde pública que colocavam o país mais no terceiro mundo”. Em relação ao primeiro ponto é preciso frisar que, no passado, os interesses da Suécia assentaram no comércio marítimo e na indústria do ferro. Por essa razão nunca estiveram muito interessados em ocupar território mas sim em garantir o acesso dos seus navios a pontos de carga e descarga em África e em vender ferro trabalhado. Para além disso, estabeleceram, embora por um curto período, diversos entrepostos na costa do Ghana destinados à aquisição e trânsito de escravos com destino às Américas. Em paralelo com esse comércio avultava o fornecimento das barras de ferro para lastro dos navios negreiros e as argolas e grilhetas com que os escravos eram sujeitos a bordo e nos pontos de embarque e desembarque. Também mantiveram uma colónia de escravos em Saint-Berthélemy desde 1787 até Outubro de 1847<sup>17</sup>. Por último, em finais do Séc. XIX a Suécia participou na Conferência de Berlim com o mesmo estatuto e as mesmas intenções das restantes potências europeias. Não parece por tudo isto que a Suécia se possa distanciar agora, em termos morais, nem dos portugueses nem dos outros países que colonizaram África.

Sobre “*as políticas elitistas praticadas em Portugal que criaram taxas de analfabetismo e má saúde pública*” este argumento difundido na opinião pública sueca era claramente mal intencionado. Dava a impressão que o regime era tão mau que estava a fazer o país “andar para trás”. A verdade é que o regime português, apesar de tudo, fazia o que podia depois do descalabro da 1ª República e havia evolução. Não tão rápida como seria desejável, ou não tão rápida como a da Suécia, mas isso decorria do que se pudesse considerar como a situação de referência para efeitos de comparação, por exemplo, à data da instauração do Estado Novo. Também resulta claro, bastando para isso olhar para as fotografias da época, que o país de 1926 era completamente diferente do país de 1960. Este alegado retrocesso invocado pelos suecos parece ser resultado da propaganda dos opositores ao regime e dos líderes dos movimentos de libertação, em particular de Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane e Holden Roberto, que foi de quem os suecos se aproximaram mais. Outra coisa não seria de esperar.

### **Um ataque atípico no dia 6 de Janeiro de 1969**

Naquela segunda-feira, a notícia de um ataque com canhões, ao início da manhã, a Gadamael Porto, sede da CAR2410 deu logo a ideia de que qualquer coisa estranha estava a acontecer. Não era nada normal o PAIGC desencadear flagelações aquela hora. O que era

<sup>17</sup> Up until the 9<sup>th</sup> of October 1847 Sweden had a colony in the West Indies called Saint-Berthélemy where there were thousands of slaves. When Gustav III was asked to end slavery in the beginning of the 19<sup>th</sup> century by Great Britain where the abolitionist movement had grown strong the Swedish king firmly neglected that Sweden had had any participation in having slaves. This denial has lived to our days in Sweden as well on the former Swedish colony Saint-Berthélemy, Pan African Visions » Afro-Swedish Perspectives, Blogs » Living in Denial: Sweden and the slave trade, October 16th, 2012

normal era atravessarem a fronteira durante o dia, estabelecer bases de fogos e depois esperar pelo fim do dia para desencadear os ataques. Podiam depois retirar a coberto da noite, em segurança, com a certeza que, nem o Exército tinha condições para os perseguir, nem a Força Aérea para os detectar e atacar.

Na Base 12 o dia de trabalho estava a começar e o pedido de apoio aéreo que chegou através do comando-chefe fez os dois pilotos da parelha de alerta largar o pequeno almoço, apanhar rapidamente o equipamento e meterem-se no jeep de apoio em direcção à linha da frente. Lembro-me de ter ouvido o que se estava a passar mas tinha outras missões para esse dia e não cheguei a envolver-me no que aconteceu depois. No entanto, num cantinho da memória persiste uma sensação de choque associada à notícia porque fiquei com a perturbante impressão de que tínhamos entrado numa nova fase da guerra.

Dos G-91 prontos na linha da frente, os dois de alerta, como era normal naquela altura, estavam configurados com tanques de combustível externo, 8 foguetes 2,75” e as 4 metralhadoras 12,7mm<sup>18</sup>. Não havendo outras informações para ajuizar a situação no terreno o que a experiência ensinara era que a presença dos aviões faria o PAIGC “encolher as unhas” e terminar o ataque. Os dois pilotos procuraram, por isso, descolar e chegar o mais rapidamente possível a Gadamael Porto.

Apesar de andar empenhado na recuperação deste episódio há muito tempo, porque penso que deve ficar registado na nossa memória colectiva, não consegui identificar até agora um dos dois pilotos envolvidos. Por exclusão de partes e porque éramos muito poucos, penso que foi o capitão Amílcar Barbosa<sup>19</sup> o chefe da parelha de alerta, mas não tenho a certeza absoluta. O outro piloto está bem identificado e foi o então tenente Balacó Moreira de quem obtive muita da informação sobre o que se passou.

Dos registos sobreviventes sabe-se que os aviões descolaram às 09H00, que a flagelação teria começado cerca de uma hora antes e visava objectivamente Ganturé, a curta distância de Gadamael Porto onde, para além de um pequeno núcleo populacional, estava destacado o 4º grupo de combate da CArt2410. Numa primeira fase os rebentamentos foram espaçados e compridos dando a impressão que o inimigo estava a regular o tiro<sup>20</sup>. De Ganturé a resposta estava a ser dada com o morteiro 81 operado pelo furriel miliciano Luís Guerreiro. Com o correr do tempo o PAIGC foi aumentando a frequência dos disparos até que a artilharia de Gadamael Porto também entrou em acção na tentativa de sustar a flagelação mas sem resultado. O PAIGC disparava cada vez com mais intensidade mas, felizmente, as granadas passavam silvando sobre Ganturé e iam danificar o arvoredado que se estendia para lá da posição.

Em rota, a parelha de alerta conseguiu entrar em contacto rádio com Gadamael Porto que forneceu uma série de indicações sobre a direcção e distância a que entendiam estar a ser feito o ataque e até dispararam algumas granadas de fumo com o morteiro 81mm para tentar sinalizar esse local. Na carta 1:50.000 essas indicações apontavam para a antiga tabanca de Bricama a cerca de dois Km a SW de Gadamael Porto. No entanto, quando os aviões chegaram à zona, ao passarem junto a Sangonhá, onde estivera instalada uma unidade do Exército até 29 de Julho de 1968<sup>21</sup>, os pilotos foram surpreendidos com o que viram: o perímetro do antigo aquartelamento estava pejado de gente. Perceberam imediatamente que só podiam ser os guerrilheiros responsáveis pela flagelação a Ganturé. Mas o mais espantoso é que estavam ali, num espaço completamente aberto e sem qualquer espécie de camuflagem. Quase à vertical alguns detalhes tornaram-se então

<sup>18</sup> Esta configuração “standard” permitia alcançar qualquer ponto do território, garantia algum tempo de permanência sobre o alvo mesmo no extremo Leste e dava alguma capacidade de intervenção se não existisse reacção AA.

<sup>19</sup> Cap PilAv Amílcar Barbosa, nascido em Cabo Verde e originário da Esq51 de Monte Real que morreu no ano seguinte, no campo de tiro de Alcochete, ao lançar uma bomba equipada com uma espoleta experimental que funcionou mal.

<sup>20</sup> Não foi certo na fase de regulação, nem foi certo depois por razões que se explicam no texto.

<sup>21</sup> Na reestruturação do dispositivo ordenada pelo Brigadeiro António de Spínola depois de tomar posse como Governador e Comandante Chefe, as posições de Sangonhá e Cacoca que ficavam entre Gadamael Porto e Cacine foram abandonadas.

claramente perceptíveis como a presença de três armas com rodado. Uma delas, entre o perímetro do aquartelamento e a antiga pista, era uma anti-aérea ZPU-4 que abriu imediatamente fogo contra os aviões obrigando os pilotos a entrarem num círculo alargado para manter uma distância de segurança. Dentro do perímetro do aquartelamento, no meio dos destroços dos edifícios<sup>22</sup>, estavam duas peças de artilharia com um cano relativamente comprido e, na picada que saindo de Sangonhá se dirigia à Guiné-Conacri, viam-se algumas viaturas incluindo uma ambulância. Deviam ter vindo de Sansalé que era uma pequena aldeia da Guiné-Conacri muito utilizada pelo PAIGC nas suas movimentações junto à fronteira.

O que é que teria passado pela cabeça daquela gente para se expôr daquela maneira? O PAIGC e os seus mentores cubanos vinham seguindo à risca a cartilha da guerra de guerrilha mantendo-se sempre encobertos e só atacando quando estavam em vantagem. Quando se sentiam em desvantagem furtavam-se ao contacto. No entanto, desta vez, estavam a fazer tudo ao contrário, de tal maneira que os dois pilotos dos G-91 tiveram dificuldade em assimilar a imagem que a vista lhes oferecia com toda a nitidez. Seria mesmo real o que estavam a ver? O ex-tenente Balacó Moreira confessa que da sua experiência em operações quase diárias no teatro de operações da Guiné nunca tinha dado de caras com o inimigo numa situação tão vulnerável.

No entanto, os aviões da parelha de alerta não estavam equipados para intervir naquele cenário. Quer os foguetes, quer as metralhadoras, para serem eficazes só podiam ser disparados a uma distância relativamente curta do alvo, bem dentro da densa e eficaz nuvem de projecteis cuspidos pelos canos da ZPU-4 à razão de 2.400 tiros por minuto. Pela sua extensão e natureza aquele alvo exigia mais aviões e também munições mais capazes. O comandante da parelha decidiu por isso abandonar a área e regressar imediatamente à BA12 para que a situação fosse ponderada e tomada uma decisão adequada às circunstâncias. Em qualquer caso, a partir desse momento era tudo urgente porque a guerrilha, tendo sido detectada, devia começar a desmobilizar e desapareceria rapidamente nas matas que rodeavam Sangonhá. Cada minuto de atraso na resposta aumentava exponencialmente as probabilidades de insucesso.

Depois de informar Gadamael que iam regressar a Bissau o comandante da parelha entrou em contacto com o Centro Conjunto de Operações aéreas (CCOA).

– “Marte, Tigres chamam!”

– “Marte à escuta, transmite!”

– “Informe o Pirata<sup>23</sup> que estamos a regressar a Bissau. A situação em Gadamael é a seguinte: flagelação a Ganturé continua a partir da pista de Sangonhá. Em Sangonhá vê-se muita gente no chão, uma quádrupla que abriu fogo quando os aviões se aproximaram, dois canhões com rodado, diversas viaturas e uma ambulância. Sugiro preparação de mais aviões com bombas. Diga se copiou.”

– “Afirmativo Tigres, tudo copiado vou já passar ao Pirata” – respondeu o oficial de serviço.

Tinham passado trinta minutos depois da descolagem quando os dois aviões tocaram na pista de Bissalanca e iniciaram uma rolagem rápida para o estacionamento.

## A decisão

Assim que foi informado do que se passava o tenente-coronel Costa Gomes pôs o comandante da Zona Aérea, coronel PilAv Diogo Neto, ao corrente da situação. Minutos depois este entrava no gabinete do comandante do Grupo já com a caldeira a toda a pressão o que nele se percebia facilmente pela veia que no pescoço inchava notoriamente quando a tensão arterial subia. A primeira ideia que lhes ocorreu foi lançar uma operação helitransportada mas rapidamente perceberam que não só era demasiado arriscado como ia

<sup>22</sup> Os edifícios foram destruídos pelo Exército quando a posição foi abandonada em 29 de Julho de 1968.

<sup>23</sup> Indicativo pessoal do comandante do Grupo Operacional 1201 que na altura era o TCor PilAv Francisco Dias da Costa Gomes.

demorar muito tempo. De facto, com o número de helicópteros prontos não seria possível transportar mais que trinta pára-quadistas o que era muito pouco. Não haveria surpresa e, além disso, não havia uma zona de aterragem reconhecida nem havia ideia do perímetro defensivo do PAIGC à volta de Sangonhá. A aterragem dos helicópteros teria de ser feita numa clareira *ad hoc* e relativamente longe do alvo não só porque não se sabia por onde andavam os guerrilheiros mas também por causa da ZPU-4. Acresce que se esta não fosse eliminada pelos G-91, o que não podia ser garantido, o apoio de fogo aos pára-quadistas não seria exequível. Era também preciso reunir e preparar os homens o que iria demorar pelo menos uns 45 minutos. Finalmente, a velocidade do AL III também não ajudava. Tudo somado, mas em especial o risco de lançar trinta homens num local pejado de guerrilheiros, sem informações adequadas, fê-los desistir imediatamente da ideia.

As hipóteses de acção ficaram assim reduzidas aos G-91 e a quatro pilotos. Os dois da parelha de alerta que estava a aterrar, o comandante da Zona Aérea e o comandante do Grupo Operacional. Os restantes pilotos de G-91 estavam empenhados noutras missões e não estavam disponíveis. Também não havia tempo para montar a carga máxima nos aviões porque era preciso retirar os tanques de combustível e as calhas dos foguetes dos aviões que tinham ido a Gadamael e montar os suportes que permitiam levar duas bombas de 50 kgs em cada asa, em quatro aviões. Tudo no mínimo tempo possível. Assim, em vez de um total de 8 bombas de 200 kgs mais 16 bombas de 50 kgs foi dada ordem ao pessoal de armamento para montar apenas 8 bombas de 200 kgs mais 8 bombas de 50 kgs. Entretanto, o comandante-chefe já tinha sido informado do que se estava a passar e quis falar com o coronel Diogo Neto. Este meteu-se na viatura e lá foi ao Forte da Amura explicar o que lhe parecia mais razoável e eficaz. Como era de esperar a preferência do brigadeiro Spínola ia para o emprego dos pára-quadistas mas depois de ouvir as explicações do coronel concordou e deu o seu aval ao “plano de acção”.

Na BA12 os mecânicos e o pessoal de armamento, cientes da urgência da missão, esforçavam-se para aprontar os aviões o mais rapidamente possível. Não conseguiram porém evitar que o coronel e os outros três pilotos que entretanto tinham chegado à linha da frente, completassem as inspecções e ficassem à espera, já sentados no cockpit, que o processo de configurar os aviões com as bombas de “fins gerais” terminasse. Mal as pontas dos arames de armar as espoletas foram cortadas e o sinal de tudo pronto foi passado aos pilotos, começaram a ouvir-se, numa sequência um pouco desencontrada, os silvos dos cartuchos de arranque à medida que iam sendo disparados seguidos do ronco surdo das turbinas em aceleração.

### **Era impossível falhar um alvo daquele tamanho.**

Os quatro aviões conseguiram descolar por volta das 11H00, três horas depois do início do ataque a Ganturé e hora e meia depois do regresso da parelha de alerta. A esperança de encontrar a guerrilha ainda em Sangonhá era já muito ténue e todos tinham consciência disso. À frente, no G-91 5408, o coronel Diogo Neto subiu logo para os 8.000' que era a altitude standard para iniciar o bombardeamento a picar (BOP) e acelerou para 400 KIAS apontado a Cacine. Os outros três seguiam-no numa formação de marcha bastante aberta. A rota iria permitir que os aviões passassem Cacine já escalonados para o ataque e com Sangonhá a ficar na raiz da asa esquerda de modo a garantir uma picada com o sol mais ou menos “nas costas”. Sempre que tínhamos de enfrentar fogo anti-aéreo utilizávamos este procedimento para dificultar a pontaria aos apontadores e, neste caso, também a direcção do ataque ficava próxima do eixo maior do alvo.

Como seria de esperar os quatro pilotos estavam apreensivos e como acontecia sempre em acções mais complicadas o silêncio rádio foi completo. A única comunicação que o ex-tenente Balacó Moreira, que voava a número dois no G-91 5412, se recorda foi a ordem para armar as bombas e passar a escalão pela direita quando passaram sobre o rio junto à povoação de Cacine. Logo a seguir cada um começou a tentar vislumbrar o alvo mas só no momento em que manobravam o respectivo avião para conseguir um “poleiro” que desse

um bom ângulo de picada é que foi possível perceber alguma coisa do que se passava “lá em baixo”.

Balacó Moreira recorda-se que a quantidade de pessoas que avistou na zona do antigo aquartelamento era muito menor do que da primeira vez e que havia viaturas em movimento.

- Estão a retirar – pensou para consigo próprio.

A seguir viu o número um “pranchar” e voltar apertado pela esquerda subindo inicialmente acima da altitude inicial e depois, continuando a aumentar o pranchamento, mergulhar desaparecendo do seu lado esquerdo. Baixou a asa desse lado para tentar seguir a trajetória mas rapidamente o avião começou a ficar cada vez mais pequenino à medida que acelerava e se afastava em direcção ao solo. Naqueles escassos segundos não viu chamas à boca dos canos da ZPU-4. Quando o coronel Diogo Neto avisou pelo rádio que tinha acabado de largar as bombas e estava em afastamento procurou efectuar uma última correcção à posição do seu avião. Naquele momento se a ZPU-4 disparava ou não já não lhe interessava para nada. A interpretação dos instrumentos de voo e o controlo da trajetória para posicionar o avião num “poleiro” favorável não deixavam margem para se preocupar com o inimigo. Entrou então numa picada que lhe pareceu boa e depois foi corrigindo os desvios de modo a fazer o retículo do visor caminhar progressivamente para um ponto atrás do rebentamento das bombas do avião da frente. O carrossel de ataque estava em marcha e com reacção ou sem reacção anti-aérea tinha era que acertar com as bombas no alvo, o maior de todos os alvos que atacou durante toda a comissão. Não falhou como não falharam os outros e ninguém foi atingido.

No final, os quatro aviões reencontraram-se à vertical do objectivo, circulando pela esquerda à altitude de ataque. Lá em baixo, Sangonhá ficara obscurecida pelo fumo e pelos detritos projectados pelas explosões dando a impressão que tudo tinha sido arrasado.

Imagem bem enganadora que conheciam muito bem dos ataques aos “clusters” de armas AA que o PAIGC durante o ano de 1968 tinha tentado instalar em diversos pontos do Quitafine. Desfeita a poeirada constatava-se muitas vezes que as armas AA continuavam a disparar embora relativamente perto se avistassem as enormes crateras abertas pelas bombas. O que acontecia era que a combinação bomba/espoleta que utilizávamos penetrava demasiado no solo arenoso provocando crateras enormes que deflectiam os estilhaços para o ar sem causar danos significativos no plano horizontal.

Desta vez, o solo era certamente mais consistente porque as crateras pareciam pouco profundas, com uma assinalável concentração na zona onde estava o armamento pesado. Os quatro aviões ficaram ainda alguns minutos a circular observando a metralhadora AA que era a grande preocupação mas que parecia inactiva desde o início. Lá do alto constataram que nada parecia mexer. Nenhum dos aviões tinha sobreposto o tiro ao dos outros e as dezasseis bombas tinham produzido uma cobertura relativamente densa. Só não era possível era determinar se o ataque tinha sido eficaz em termos de baixas no inimigo. Depois, sem armamento, nada mais havia a fazer e o comandante da formação deu ordem para abandonar a área e regressar à BA12.

## **O reconhecimento a Sangonhá**

Três dias depois, a 9 de Janeiro de 1969, a CArt2410 executou um reconhecimento a Sangonhá com cerca de 100 homens - militares, milícias e caçadores nativos ( Gadamael e Ganturé ficaram reduzidos ao mínimo de pessoal para a sua defesa)<sup>24</sup>. A força foi comandada pelo ex-alferes miliciano Albino Rodrigues, que era o comandante do 1.º Grupo de Combate, ficando o Comandante da Companhia em Gadamael.

Saíram de Gadamael por volta das 6 horas da manhã, sem qualquer apoio de viaturas, normais ou blindadas. Às 08:30 descolou de Bissalanca o DO-27 3347, pilotado pelo tenente Balacó Moreira, com a missão de apoiar a progressão no terreno e em particular coordenar o apoio de fogo se fosse necessário.

<sup>24</sup> Testemunho do ex Alferes Miliciano José Barros Rocha da CArt 2410.

Em todo o percurso até Sangonhá não foram detectados trilhos novos, nem foram encontrados os habituais invólucros de granadas de morteiro ou de canhão S/R que os guerrilheiros normalmente deixavam espalhados no terreno após as flagelações<sup>25</sup>. Após a passagem a vau do rio QUERUANE/AXE, e uns 200 ou 300 metros à frente, numa pequena elevação do terreno, foram encontrados os restos de uma fogueira (a noite de 5 para 6 tinha sido fria) junto a uma árvore alta com vestígios de ter sido utilizada como posto de observação, quer pelo aspecto do tronco, quer por alguns ramos partidos. Logo 3 ou 4 metros depois encontraram fio telefónico que foi seguido até ao respectivo carretel vazio. Concluíram por isso que naquela árvore teria estado um observador avançado munido de linha telefónica para orientar o tiro dos canhões A/C estacionados em Sangonhá.

Desde este local e numa extensão de cerca de 3 Kms, havia abrigos individuais de um lado e outro da estrada, e também resíduos de fogueiras. Logicamente, a defesa avançada do dispositivo instalado em Sangonhá estendera-se ao longo da estrada para Gadamael Porto. Com a força já a meio caminho descolaram então de Bissalanca 2 T-6G armados com foguetes SNEB de 37 mm e metralhadoras 7,7 mm<sup>26</sup>. A missão era permanecer em espera um pouco a Norte de Sangonhá e actuar à ordem do PCV (DO-27) caso fosse necessário dar apoio de fogo. Depois, às 11:30, quando a força estava próximo de Sangonhá descolaram de Bissalanca dois G-91 armados com foguetes de 2,75” e quatro metralhadoras 12,7 mm. Os dois T-6 foram nessa altura reabastecer tendo voltado a descolar novamente para acompanhar o resto da operação.

A primeira indicação de que estavam próximos do objectivo foi dada pela grande quantidade de abutres (os feiosos jagudis) pousados nas árvores ou voando em círculos. Ao mesmo tempo, o pessoal começou a sentir o cheiro nauseabundo de corpos em decomposição.

A força distribuiu-se então de modo a formar uma longa linha perpendicular à estrada e foi nessa formação que avançaram cautelosamente. O que descobriram a seguir ultrapassou todas as marcas e foi tão chocante que o pessoal descurou momentaneamente as regras de segurança que vinha a manter.

O ex-alferes miliciano José Barros Rocha, comandante do 2º grupo de combate, recorda desta maneira o que viu e sentiu:

*“...na antiga pista [de Sangonhá], armas destruídas e pedaços de corpos de negros e brancos e 13 sepulturas. Uns dias depois tivemos a informação de 36 mortos confirmados e muitos feridos.*

*“O aspecto do local era medonho! A terra, cuja cor natural é avermelhada, tinha a cor cinza! O intenso cheiro a putrefacção! Os abutres (jagudis) às dezenas! As árvores queimadas! Enfim... (...)”.*

.....

*“...recolhemos 3 carretéis carregados de fio telefónico e um vazio, uma mina A/P, uma ferramenta para aperto de rodas, invólucros de granada do canhão A/C 57mm, meia pistola, munições intactas da A/A de calibre 14,5 mm, bonés, chapéus tipo colonial, uma bandeira, uma caixa de ferramenta, e mais algumas bugigangas.”*

A força permaneceu em Sangonhá cerca de duas horas tendo regressado a Gadamael entre as duas e as três da tarde. Quando já estavam perto do quartel o tenente Balacó Moreira aterrou o DO-27 em Gadamael e ficou a aguardar a chegada da força. Foi ele que levou para a BA12, em primeira mão, os resultados provisórios do bombardeamento no qual tinha participado. Levou também a óptica do aparelho de pontaria da ZPU-4 que lhe foi oferecida pelo comandante do 2º grupo de combate e que ele entregou depois ao tenente coronel Costa Gomes.

<sup>25</sup> Indicação muito forte de que a flagelação do dia 6 teria sido efectuada apenas com os canhões AC estacionados em Sangonhá.

<sup>26</sup> Esta configuração era muito eficaz para o apoio de fogo à forças terrestres. Cada avião estava municiado com 72 foguetes SNEB de 37 mm e podia também utilizar as quatro metralhadoras 7,7 mm.

Em 09JAN forças CART 2410 (GADAMAEL) exploraram local instalação IN pista SANGONHÁ. Resultados (transcrição do Relatório Imediato da CART 2410):  
 Encontrado partir MISSIRÁ fio telefónico até pista SANGONHÁ. Serviu observador avançado regular tiro. Topo pista SANGONHÁ referenciadas posições 02 canhões Anti-carro; 01 Met Anti-aérea. FA actuou com precisão e destruiu MAA. Bomba caiu a 2 metros posição. Encontrados vários pedaços fita MAA (14.5) estilhaços e parte cano. Canhão situado lado MAA ficou parcialmente destruído. Saiu posição arrastado, tendo seguido caminho MOUNÁRIA. Outro canhão sofreu danos. Pista encontradas 16 sepulturas. Encontradas cabeças, pernas, braços, pedaços camuflado toda pista. Junto posição MAA estava pé branco, todo pessoal que operava canhão teria morrido. Extracto do SITREP CIRCUNSTANCIADO 1/69 COMZAVTRDFGUINÉ

### A razão para o suicídio do PAIGC em Sangonhá.

Depois do reconhecimento a Sangonhá ficou por decifrar o que teria levado o PAIGC a efectuar aquela acção suicida. A prática normal da guerrilha não se ajustava, de modo nenhum, ao que acontecera no dia 6 de Janeiro de 1969. Não tinha sido apenas a hora a que foi desencadeada a flagelação, de manhã em plena luz do dia, mas também o facto do armamento e o pessoal estarem em campo aberto e serem facilmente detectáveis pelos aviões. Era ainda o recurso às peças anti-carro na flagelação como se fossem obuses ou morteiros<sup>27</sup>.

Havia certamente uma justificação para este comportamento anómalo mas nenhum de nós imaginava qual poderia ser.

No dia 19 de Janeiro de 1969 coube-me efectuar no DO-27 3341 “o sector de Buba” o que me deu a oportunidade de falar com os oficiais da CART2410. Foi nessa ocasião, pelo testemunho dos que tinham, de facto, posto os pés no que fora o “nosso alvo”, que me apercebi pela primeira vez da dimensão do desastre que o PAIGC tinha sofrido. Foi também nessa ocasião que o alferes Barros Rocha teve a gentileza de me oferecer quatro munições da ZPU-4 que estivera instalada em Sangonhá e que tinha feito fogo contra os dois primeiros (pelo menos) G-91 que descolaram para tentar sustar a flagelação a Ganturé. Destas quatro munições, como referi no início, ainda guardo uma comigo e, por arrastamento, a memória deste episódio.

Por acaso tudo se aclarou alguns dias mais tarde ao ler um relatório da DGS que chegou ao gabinete do comandante do Grupo Operacional 1201. Para mim foi uma espécie de relâmpago que tudo iluminou e desvendou, num instante, a lógica daquele comportamento estranho do PAIGC. Não consegui agora encontrar nenhum registo desse documento mas o facto é que me marcou tanto que nunca mais esqueci o essencial do que li.

Resumidamente, a DGS dava conta de que o ataque se tinha enquadrado numa acção de propaganda promovida pela Suécia. Na minha opinião, muito provavelmente a pedido do próprio Amílcar Cabral, resolveram aproveitar o abandono de Sangonhá para simular a tomada do aquartelamento pela guerrilha. O cenário não podia ser mais perfeito. Antes de abandonar a posição, as instalações do aquartelamento tinham sido destruídas pelo Exército e essa imagem podia ser facilmente mostrada em fotografia e filme como sendo consequência dos ataques do PAIGC. Depois, a posição “acabada de conquistar” podia ser utilizada para mostrar o poder de fogo do PAIGC contra as posições que se preparavam para conquistar a seguir: Ganturé e Gadamael. Uma equipa de repórteres, incluindo fotógrafos e cineastas deslocou-se para esse efeito à Guiné-Conacri onde se juntou aos guerrilheiros. Um total de 400 pessoas terão estado envolvidas em toda a operação segundo as informações do régulo Abibo de Ganturé.

<sup>27</sup> As peças anti-carro Zis-2, de 57mm, tinham sido projectadas para destruir os blindados alemães durante a II GG em tiro directo e mostraram-se tão desadequadas neste caso que nenhuma das dezenas de granadas disparadas caiu dentro do perímetro de Ganturé.

Ficou assim explicado porque razão o PAIGC se tinha exposto em pleno dia a levar com as bombas da aviação. É que não era possível fotografar nem filmar sem luz. Também não fazia sentido estarem escondidos quando tinham acabado de derrotar e afugentar o inimigo. Tinham, é claro, a noção de que iam correr um grande risco e por isso o terem levado a ZPU-4 para se defenderem. Mas cometeram um segundo erro, este gravíssimo. Foram detectados e em vez de embalarem a trouxa e rumarem novamente à Guiné-Conacri deixaram-se ficar. Pessoalmente penso que, como os dois primeiros aviões não abriram fogo, assumiram que, ou os tinham atingido, ou os tinham dissuadido e resolveram continuar a fazer a “fita”.

Faltava explicar a utilização das peças anti-carro porque, como já foi dito, não eram, nem armas de guerrilha, nem adequadas às flagelações aos aquartelamentos. Não há mesmo conhecimento de terem sido utilizadas em qualquer outra ocasião.

Uma explicação muito credível ocorreu-me quando descobri algumas fotos dessas armas no arquivo Amílcar Cabral da Fundação Mário Soares. Fiquei até convencido que respeitam à acção do dia 6 de Janeiro de 1969. Passo a explicar.

O objectivo da operação era produzir propaganda, como referiu a DGS no seu relatório. Havia, por isso, necessidade de mostrar grande capacidade militar e poder de fogo, factores esses que estariam a determinar avanços do PAIGC no terreno nomeadamente a conquista de posições ocupadas pelos portugueses. Acontecia que aquelas peças anti-carro tinham um reparo longo, tinham rodas e um cano comprido. As eventuais audiências alvo da propaganda ficariam certamente muito mais impressionadas se o ataque fosse feito com estas peças de artilharia em vez dos tradicionais morteiros ou dos canhões sem recuo que eram armas relativamente pequenas. Só uma razão desta natureza os poderá ter levado a não utilizar o armamento tradicional nesta flagelação a Ganturé: nenhuma granada rebentou no perímetro do destacamento.

A título de curiosidade não devo terminar sem mencionar o único documento conhecido do PAIGC referente a este ataque. Trata-se de um bilhete enviado em 6 de Janeiro de 1969 por um dos mais celebrados comandantes do PAIGC, Pansau na Isna<sup>28</sup>, e dirigido a Aristides Pereira que estava na base mais próxima, Boké, na Guiné-Conacri. Na missiva para além de empolar a prestação da guerrilha, aparentemente para agradar ao chefe, solicita o envio de mais trezentas granadas para os canhões A/C e mais gasolina para continuar a atacar Ganturé “no duro”, o que não chegou a acontecer. Alguma coisa lhe terá quebrado o ânimo...

Concluindo, ironicamente pelo menos desta vez, a bondosa ajuda humanitária sueca cujo objectivo foi soprar “os ventos da história” contribuindo para a derrota militar dos portugueses não conseguiu infligir baixas às nossas forças. Ao invés, provocou um número substancial de mortos, feridos e incapacitados entre os guerrilheiros e, muito provavelmente, também entre os apoiantes cubanos, repórteres, fotógrafos e cineastas suecos. Que foram encontrados diversos despojos de pele branca é um facto mas nunca se conseguiu saber a quem teriam pertencido.

O PAIGC e o governo sueco, em escrupulosa obediência às regras da propaganda nunca revelaram, nem durante a guerra, nem depois, este desastroso embate...

---

<sup>28</sup> Pansau na Isna não morreu em Sangonhá mas acabou por ser morto, no final do ano seguinte, pelos fuzileiros, a Norte de Bissau.